

CÂMARA CASCU DO E A ERUDIÇÃO POPULAR*

Marcos A. da Silva**

Resumo

Este artigo discute o conceito de Erudição Popular e seus corolários excludentes (a ideologia BIC: branco, ibérico, católico), presentes em textos de Luís da Câmara Cascudo, etnógrafo brasileiro que iniciou sua produção no contexto do Modernismo brasileiro dos anos 20. O artigo evoca falas de Dona Nazaré Gomes, cantora e dançarina em folgedos populares desde os anos 20, comparando-os às análises de Câmara Cascudo.

Palavras-chave

Erudição popular; folclore brasileiro; modernismo brasileiro.

Abstract

This article discusses the concept of Popular Erudition and some of its excludent faces (the WIC ideology: white, Iberian, Catholic), present in texts written by Luís da Câmara Cascudo, a Brazilian ethnographer who began his intellectual production during the Brazilian Modernism (1920's). The article evokes the words of Ms. Nazaré Gomes who has been a folk singer and dancer since the 1920's, comparing them to Câmara Cascudo's analyses.

Keywords

Popular erudition; Brazilian folklore; Brazilian modernism.

* Esta é uma versão ligeiramente modificada da Conferência "A História do Etnógrafo – Câmara Cascudo e a Erudição Popular", apresentada na 50ª Reunião Anual da SBPC (Natal, RN, 13 de julho de 1998). Um primeiro esboço do texto foi discutido em seminário com os alunos da Dra. Maria Antonieta Antonacci, na pós-graduação em História do Brasil da PUC-SP (São Paulo, SP, 5 de junho de 1998). Agradeço aos professores Diógenes da Cunha Lima, Marlene Mariz, Pedro Vicente da Costa Sobrinho e Raimundo Arrais, da UFRN, aos Escritores Manuel Onofre Jr. e José Batista da Silva e a Sonia Maria da Silva, que me forneceram textos raros de e sobre Câmara Cascudo. Dedico esses resultados a Dona Nazaré Gomes, Sonia Maria da Silva e Eli Clemente, que conversaram comigo sobre suas experiências no universo da cultura popular.

** Professor no Departamento de História da FFLCH/USP, Bolsista de Pesquisa do CNPq.

*Quem me ensinou a apreciar essas
belezas sem dono foi Diadorim.*

João Guimarães Rosa
Grande Sertão – Veredas

*Um feudo
e a esperança de não findá-lo.*

Sanderson Negreiros
Fábula, fábula

Como mergulhar num universo textual em que se vive imerso desde sempre?

Essa é a situação de quem, como eu, fala sobre um autor que tanto fez parte de sua aprendizagem: Luís da Câmara Cascudo. Dificilmente, qualquer estudioso de Ciências Humanas no Brasil deixou de sentir o peso de seus escritos sobre etnografia e outros campos de saber, ainda mais quem nasceu e viveu em Natal, minha experiência. Discuti-lo é, portanto, também discutir-me, indagando sobre questões como cultura popular, relações entre grupos sociais, memória e tantos outros tópicos de reflexão sobre Natal, Rio Grande do Norte, Nordeste, Brasil e Mundo – a seqüência de tais lugares não é necessariamente essa nem implica exclusões recíprocas.

Debater dimensões de Câmara Cascudo assume o caráter de refletir sobre sua produção e também sobre seu referencial – o popular –, evitando uma ênfase desmedida no pesquisador, que finde por eclipsar os sujeitos culturais de quem ele fala. Cabe perguntar nesse debate: qual popular? popular para quem?

Câmara Cascudo oferece importantes pistas para responder a essas perguntas, o que não significa a necessidade de a análise atual endossar suas soluções nem cobrar dele aquelas que ao presente desta leitura corresponde elaborar.

Comentar Câmara Cascudo é explorar um oceano de significados e o ato de nele mergulhar se processa a partir do próprio universo em que se penetra. O olhar sobre o oceano que parte de um estar em sua profundidade, todavia, não abole a tarefa crítica, antes a identifica como trajeto que jamais dispensará faces auto-reflexivas, uma vez que argumentos de seu alvo também foram, de alguma forma, alicerces do discurso que pretende percorrê-lo.

Uma estratégia para enfrentar aquele mergulho sem abandonar a crítica é referir tal oceano ao seu vasto leito: o universo da cultura popular. Ao mesmo tempo que o instituiu como referência para a atenção do saber erudito, Câmara Cascudo reconhecia

sua existência como *erudição popular*, sem poder pretender controlá-la a partir de seus próprios termos. Também sabendo da existência de Câmara Cascudo – institucionalizado em vida como padrão do conhecimento sobre o popular –, vozes do povo continuaram a se fazer em diferentes lugares e tessituras, oferecendo novos desafios para quem pretendesse interpretá-las e interpretar seus intérpretes.

Este texto concentra-se na que tem sido considerada primeira incursão etnográfica de Câmara Cascudo, o livro *Viajando o Sertão*¹, editado originalmente em 1934 pela Imprensa Oficial do Rio Grande do Norte, estabelecendo um diálogo imaginário entre escritos daquele autor² e algumas falas de uma sua virtual – talvez até efetiva – personagem: Dona Nazaré Gomes, cantora e dançarina de pastoris, capelinhas de melão e outras representações populares, operária têxtil, grevista, passadeira de roupas na Escola Doméstica, face mais que palpável do povo plural, que recusa ser enquadrado num só papel.

Conheci Dona Nazaré Gomes através de matéria jornalística publicada em Natal no dia 25 de dezembro de 1997³. O texto abordava especialmente o presépio montado por seus filhos na sala de sua casa, na Rua do Areial (tradicional área de manifestações culturais populares natalenses, pesquisadas, dentre outros, por Mário de Andrade)⁴, evocando suas experiências de vida em múltiplos espaços e fazeres. Findei localizando-a

1 Câmara Cascudo, L. da. *Viajando o Sertão*. 3ª ed. Sem Local, CERN, 1985.

2 Beneficiei-me especialmente de indicações contidas em dois excelentes guias bibliográficos, uma biografia erudita e outra de cunho mais poético e afetivo, respectivamente:
Mamede, Z. *Luís da Câmara Cascudo: 50 Anos de vida intelectual, 1918/1968*. Natal, Fundação José Augusto, 1970. 3 volumes.
Gico, V. *Luís da Câmara Cascudo – Bibliografia comentada (1968/1995)*. Natal, EDUFRN, 1996.
Costa, A. de O. *Viagem ao universo de Câmara Cascudo – Tentativa de ensaio biográfico*. Natal, Fundação José Augusto, 1969.
Lima, D. da C. *Câmara Cascudo – Um brasileiro feliz*. Brasília, sem indicação de editora, 1993.
Outro importante instrumento para entender mais particularmente a militância integralista de Câmara Cascudo foi:
Melo, L. G. C. G. de. *Câmara Cascudo, o jornalista integralista*. Natal, CCHLA/UFRN, 1995 (Coleção Humanas Letras).

3 “Dona Nazaré, 92 Anos, a tradição viva da Lapinha”. *Tribuna do Norte*. Natal, XLVII (274): 2 (caderno “Viver”), 25 dez 1997.

4 Andrade, M. de. *Música de feitiçaria no Brasil*. Obras Completas de Mário de Andrade – 13, Belo Horizonte, Itatiaia, 1983.
Idem, *Danças dramáticas do Brasil*. Obras Completas de Mário de Andrade – 18, Belo Horizonte, Itatiaia/INL, 1982, 3 vols.

naquela rua, embora o endereço não fosse indicado com precisão na reportagem, e convidei-a para gravar uma entrevista sobre sua trajetória. Posteriormente, transcrevendo suas falas, identifiquei temas paralelos ou contrapostos àqueles que foram tratados por Câmara Cascudo, o que me levou a trazê-la para este texto⁵. Aproximá-los é cotejar modalidades diferentes de erudição, que se esclarecem reciprocamente.

Um primeiro potencial contraponto oferecido pelas narrativas de Dona Nazaré Gomes ao volume *Viajando o Sertão* diz respeito à vivência popular do litoral e da capital do estado, que Câmara Cascudo não abordou de forma explícita naquele livro, enquanto é referência permanente para as falas da primeira. Tal perspectiva, excetuada a dimensão popular, figura, todavia, indiretamente na referida obra de Câmara Cascudo a partir dos próprios pontos de vista adotados para falar sobre o sertão norte-rio-grandense: o olhar administrativo (o livro foi escrito a partir de excursão do interventor estadual, Mário Câmara, seu secretariado e convidados, “técnicos em educação, agricultura e açudagem, além de um escritor de renome capaz de ver com olhos voltados para o futuro os grandes problemas artísticos e culturais do Estado”, segundo Manuel Rodrigues de Mello)⁶ e o olhar partidário, na sua condição de Chefe Provincial do Integralismo⁷. Os próprios temas que Câmara Cascudo afirmou ter abordado em Açú, relatados no livro, evidenciam essa articulação entre política partidária, cultura e economia/administração/finanças: “Eu falo de integralismo, toponímia, algodão”.⁸ No item final do livro, “Resumo dos Temas”, essa postura foi reafirmada em menções a conversa com um nazista,

5 Dona Nazaré Gomes assistiu à Conferência que deu origem ao presente texto.

6 “Nota” (1974), *apud*: Câmara Cascudo, L. da. *Viajando o Sertão*, edição citada, pp. 7-13.

Ainda sobre o ângulo da capital, vale ressaltar uma frase de Câmara Cascudo, referente à sua permanência em Santa Cruz: “Fiquei abraçando Pinto Júnior, médico com a idade de estudante e um valor que não pode ficar exilado da capital”. Esse trecho sugere que o espaço administrativo era o lugar do valor.

Câmara Cascudo, L. da. *Viajando o Sertão*, op. cit., p 17.

7 Rodrigues de Melo, no texto citado, caracterizou Câmara Cascudo como “escritor ‘não-engajado’ na política partidária”, análise que não se coaduna com nota do próprio Câmara Cascudo, reproduzida por Cortez G. de Melo a partir, provavelmente, do jornal *A Ofensiva*, de 18 out 1934: “A Chefia Provincial registrou no Tribunal Eleitoral a legenda e os nomes dos candidatos integralistas” (Melo, L. G. C. G. de., op. cit., p 69).

8 Câmara Cascudo, *Viajando o Sertão*, p 18.

o alemão Wilherm Ksinsik, admirador de Hitler, sabendo várias coisas com quem converso integralisticamente durante quase toda a estada

[e]

a operosidade de Francisco Ferreira, que, naquelas alturas, pergunta-me pelo Integralismo e está mais bem informado que os nossos inefáveis ironistas.

Certamente, essa dupla qualificação do olhar cascudiano – administrativa e partidária – não merece ser usada como via reducionista que tudo explica: nenhum dos demais componentes daquela comitiva governamental, nem da Província Integralista Norte-Rio-Grandense (possivelmente, sequer da Ação Integralista Brasileira como um todo), escreveu textos com a importância etnográfica daquele e de outros trabalhos de Câmara Cascudo, o que demonstra que a análise ideológica, embora necessária, não é suficiente para o debate da História Cultural. Por outro lado, Câmara Cascudo dialogava com grande tradição literária brasileira, em ficção, poesia e ensaio, sobre o sertão, que vinha ao menos do século XIX, englobando nomes como José de Alencar, Franklin Távora, Capistrano de Abreu, Juvenal Galeno, Rodolpho Theophilo, Euclides da Cunha e Oliveira Paiva, dentre outros⁹. Feitas essas advertências, entretanto, é preciso estar atento àqueles vieses ideológicos para melhor entender nuances da construção do popular em Câmara Cascudo, pensando sobre o nascimento de sua etnografia entre a militância integralista e a crônica palaciana, o que contribui, ademais, para refletir sobre laços entre o primeiro período presidencial Vargas e o Integralismo, desfeitos formalmente em 1938.

O parágrafo que abre *Viajando o Sertão* descreve o percurso daquele grupo durante treze dias pelo interior do estado, fonte do livro, a partir do sujeito oculto “nós”, indicando meios de transporte (automóvel, auto-de-linha, trem, canoa, rebocador, hidroavião), período da viagem e quilometragem percorrida. Desde o quarto parágrafo do livro, aquele “nós” – que parece sugerir uma cumplicidade prévia com os leitores, conhecedores de sua composição, a ponto de membros da comitiva serem designados apenas pelo prenome ou pelo nome familiar (Anfilóquio, Soares Júnior) – alternou-se com o “eu” individual do escritor na frase “centenas de vezes prometi registrar o que

9 Ver o balanço crítico dessa tradição feito por:

Barbosa, I. C. *Sertão – Um lugar incomum*. Tese de Doutorado em História Social, defendida junto à FFLCH/USP. São Paulo, 1998.

vira”, sucedida por suas maiores fontes de atenção em todo o percurso – marcos artísticos coloniais e católicos, aspectos da paisagem –, embora a retórica da modéstia tenha incluído declarar que “Por mim, não escreveria nada”, posição abandonada em nome de anunciada solicitação geral.

Outro traço nessa abertura do livro, que mereceu o intertítulo “Entrada” – de duplo sabor inaugural, quando se pensa no início da colonização do Brasil pelos portugueses –, reside no realce a esforço e sacrifício na empreitada, justificados pela função fiscal da viagem para o Interventor e pela descoberta de aspectos da vida estadual por todos os participantes do grupo, evidenciando que o “redescobrimento do Brasil” nos anos 30, habitualmente tematizado a partir dos escritos clássicos de Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Hollanda, teve também faces mais explicitamente político-administrativas, legitimadoras de ações governamentais.¹⁰

Tal “redescobrimento”, em Câmara Cascudo, significava tanto realçar atos inaugurais (“barroco jesuítico”, “prata de Lisboa”) como, na descrição de São Romão, identificá-la a “uma amostra de trabalho raciocinado e tranqüilo”, comparando depois a usina a “uma vila operária, azafamada e trepidante”.

O mundo do trabalho surgiu sob o signo do novo, de um dinamismo tão digno de admiração como os marcos antigos, observado por um estado ilustrado.

Quando Dona Nazaré Gomes falou de suas experiências na fábrica, como operária, horizontes muito diferentes apareceram:

Comecei a trabalhar na fábrica de tecidos com 12 p’ra 13 anos. Minha tia trabalhava e me levou lá. Tinha meninos e meninas, eles apanhavam o algodão debaixo das máquinas porque tinha as máquinas de fiação, caía aquela poeira do algodão e formava um nevasco. Aqueles meninos ganhavam mil e quinhentos réis por semana p’ra apanhar aquilo tudinho,

10 Freyre, G. *Casa Grande & Senzala*. 30ª ed. Rio de Janeiro, Record, 1995 (1ª ed.:1933).

Prado Jr., C. *Evolução política do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1972 (1ª ed.:1933).

Hollanda, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1995 (1ª ed.: 1938).

A expressão “redescobrimento do Brasil”, associada principalmente a esses três autores, figura em: Mota, C. G. *Ideologia da cultura brasileira*. São Paulo, Ática, 1977 (Col. Ensaios).

Comentando Freyre, Antonio Cândido qualificou aquela sua obra como última grande interpretação senhorial do Brasil, caracterizada pela consciência nostálgica de um passado que se perdia, enquanto Hollanda se preocupava com o futuro do país, o que expressou no capítulo “Nossa Revolução” de seu livro aqui indicado. Câmara Cascudo, todavia, cumpriu percurso intermediário em relação a Freyre e Hollanda, associando o viés senhorial às noções de povo e progresso. CÂNDIDO, Antonio – “A Visão Política de Sérgio Buarque de Hollanda”, in Cândido, A. (org.) *Sérgio Buarque de Hollanda e o Brasil*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998, pp. 81-8.

inteirinho, aquele algodão, p'ra levar de novo p'ros bastidores p'ra tornar a fazer aquela esfiandeira de algodão de toda largura. E depois era tarta, batedor, batedor grosso, batedor fino, a fição grossa, a fição fina e a espuladeira, que era p'ra fazer o fio, p'ra fiar.

Ave Maria! Eu não contava naquele tempo da imensidade, era muita criança, não, era! Ali se fazia sacos, tinha mulher p'ra fazer sacos, tinha mulher p'ra apanhar algodão, tinha mulher p'ra tecer, p'ra fazer tudo, acho. Havia mais moças e mulheres. Agora, os filhos daquelas mulheres que trabalhavam iam trabalhar também. Quando era p'ra eu passar o fio, ele me dava um caixãozinho assim que é p'ra passar o fio nos nichos.

A gente trabalhava de 6 às 11, a gente parava p'ra almoçar, entrava de 1 até 6 horas, voltava p'ra tomar café, depois entrava, trabalhava até 10 horas da noite.

Nesse trecho, Dona Nazaré Gomes apresentou a fábrica têxtil natalense a partir da idade que tinha quando começou a trabalhar ali, indicando pertencer a grupos majoritários na fábrica – crianças, sexo feminino –, descrevendo suas tarefas, inclusive a necessidade do caixote para alcançar os nichos, articuladas ao processo técnico da produção, retomando vínculos familiares ali presentes (mães e filhos, ela mesma conduzida por uma tia). A ótica da produção, portanto, partiu da ação do trabalho enquanto experiência humana densa, que incluía alimentar-se e cumprir uma jornada muito extensa naquela idade. As partes da fábrica, ao invés de admiradas em nome do moderno, foram descritas a partir de práticas humanas que tinham por correspondente imediato o esforço físico e a presença de resultados palpáveis.

O presente de Câmara Cascudo, em contrapartida, foi por ele identificado como expressão de confluência entre fortes raízes e novos frutos, cimentados pela harmonia de um destino que era tanto estadual e regional como também nacional e mundial. Não é fortuito o registro da atenção que o interventor dedicou às escolas, tanto públicas como confessionais, secundado num mesmo parágrafo pela indicação de “calçadas cheias de povo” em Angicos: além da divisão de tarefas entre governante e escritor, o trecho demonstra que a multidão era coisa daqui, não apenas das grandes metrópoles nacionais ou estrangeiras nem mesmo da capital do estado, já se caracterizava pela disciplina da vila operária e atingia níveis de produtividade apreciáveis, expressos em signos do novo – “Prédios novos, estradas, a trilha do caminho de ferro, caminhões pesados de algodão”.

Um desdobramento dessa multidão foi apresentar escolas noturnas de “homens de trabalho, curvados, na meia-luz, sobre os livros pobres”, bem como a indicação do Centro Artístico Operário Açuense, índices da integração dos trabalhadores aos horizontes da modernidade pelas vias da aprendizagem e da produção culturais (aquele Centro, contudo, foi apenas registrado, sem maior identificação de suas atividades),

além do suposto manto protetor da interventoria, representado pela promessa de Anfilóquio em relação àqueles alunos adultos e pobres – melhoria das condições de estudo. Num item posterior do livro, comentando a produção da carnaúba, o olhar do autor se dedicou especialmente à dimensão econômica, silenciando faces do trabalho nessa atividade, como se os trabalhadores pudessem figurar no livro apenas em aulas noturnas e centros culturais, sendo fábricas e locais congêneres lugares da modernidade genérica, destituídos de pessoas concretas no desempenho de tarefas e na formação de uma sociabilidade.

Os comentários muito elogiosos de Câmara Cascudo sobre José Leão, designado como “fazedor de santos” de Açu, são de especial importância para se entender as concepções de arte no contato com uma experiência humana daquele teor. Câmara Cascudo caracterizou o escultor como força da natureza¹¹, impressão tão marcante para ele quanto as andorinhas açuenses,

Imaginário primitivo, sereno, resignado, incompreendido, passando fome, trabalhando sem esperança, sem ambiente, sem auxílio, sem estímulo, insensível e obstinado, artista legítimo, com uma intuição da escultura, um senso decorativo, um tino de moldar as fisionomias que lembra a rudeza elegante e máscula de Memling.

Esse trecho engloba desde valor muito prezado pelo discurso da modernidade (o primitivo) até uma reinserção do artista na tradição europeia (comparação com Memling)¹², passando pela tensão romântica entre talento e maldição – fome, falta de esperança, de ambiente, auxílio e estímulo... A continuação desse elogio se deu pelo critério da mimese – “José Leão grava na imburana plástica rostos humanos, bem semelhantes ao tipo humano, possíveis e naturais” –, de sabor acadêmico, que já figurara no texto, por suposição, quando o autor comentou os ex-votos na capela de Nossa Senhora dos Impossíveis, Serra do Lima, como “símbolos de fé intrépida e profunda, comovente pela sinceridade do gesto e incrível feiúra dos modelos” – certamente, Câmara Cascudo não teve acesso a esses modelos...

11 Esse tema reapareceu três décadas depois no romance *O recurso do método*, de Alejo Carpenter, associado à revolução derrotada e martírio. Carpenter, A. *El recurso del método*. Mexico DF, Siglo Veintiuno, 1985.

12 Hans Memling foi pintor alemão do século XV (1433/1494), formado na Holanda e possível discípulo de Roger van der Weyden, muito valorizado no século XIX. Ver Read, H. (ed.). *The Thames and Hudson Dictionary of Art and Artists*. Londres, Thames and Hudson, 1988.

José Leão foi ainda identificado pela excelência dos resultados em contraste com os limites de recursos: “pedaços de canivetes, troços de puas, restos de enxós, um formão quebrado, cacos de louça, pires bolorentos, quengas de coco (...) O estúdio é fumarento e frio” –, limites equilibrados por “todas as armas do trabalho, as forças da vontade e as bandeiras da fé”. Esse gênero de produção artística foi, portanto, situado num fio de equilibrista entre um alcance estético digno da maior atenção e um meio adverso, quando não francamente hostil, incapaz de explicar aquele fenômeno. Nesse sentido, José Leão figurou no livro como extremo limite da capacidade sertaneja – enquanto exceção absoluta, todavia. Ao mesmo tempo que afirmava a força cultural do sertanejo pobre, inclusive na retomada de referências de alta erudição européia (Memling), o texto anunciava o isolamento dessa conquista, paradoxo que transformou o sertanejo pobre em justificativa nobilitante e experiência muito restrita, alheia a aprendizagem e ação coletivas.

A experiência de Dona Nazaré Gomes como dançarina e cantora em diferentes representações folclóricas se caracterizou, em contrapartida, por muitas modalidades de sociabilidade na rua, no bairro, na relação com a Igreja e com representantes da elite natalense, englobando ensaios e conquista de apoios. Nesses termos, ela foi marcada por fortes dimensões coletivas, alheias a algum caráter de exceção.

Afirmando não ter visto negros retintos durante toda a viagem – tema para artigo crítico de Otávio Pinto, contraditando-o¹³ –, Câmara Cascudo desenvolveu o tema da assimilação racial no Rio Grande do Norte como tendência à preponderância branca, questão presente nos debates sobre a sociedade brasileira ao menos desde fins dos anos 10 do século XX, quando Oliveira Vianna prefaciou o Recenseamento de 1920, texto posteriormente republicado por esse autor, com alterações e acréscimos, sob o título *Evolução do povo brasileiro*¹⁴, passando Oliveira Vianna, através daquela e de outras obras, a servir de referência inclusive para ensaístas brasileiros que seguiam linhas interpretativas bastante divergentes das suas, como foi o caso de Caio Prado Jr., no prefácio à clássica e marxista *Evolução política do Brasil*¹⁵.

13 Pinto, O. “Uma Aldeia de Negros no Seridó”, in *Viajando o Sertão*, op. cit., pp. 59-61. O texto de Pinto foi publicado no jornal *A República* de 13 jul 1934.

14 Oliveira Vianna, F. *Evolução do povo brasileiro*. 4ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1956.

Vale ressaltar que Oliveira Vianna não conseguiu pensar em “amorenamento” da população branca...

15 Prado Jr., Caio, op. cit., “Prefácio”.

Essa postura de Câmara Cascudo, coerente com perspectivas intelectuais e políticas então dominantes e também articulada à ascensão de ideologias racistas nos anos 20 e 30, não significou, evidentemente, ausência de alternativas interpretativas em ensaísmo e ficção brasileiros das primeiras três décadas do século XX: Manoel Bomfim e Lima Barreto são eloquentes exemplos em direções contrárias àquele entendimento¹⁶. Além disso, ela prenunciou o processo de tornar invisível o que não fosse branco, ibérico e católico – uma espécie de ideologia BIC (branco, ibérico, católico), paralela à versão WASP (*white, anglo-saxon, protestant*) na América do Norte –, aprofundada em seguida no que se refere aos indígenas.

Num dos tópicos mais significativos do livro, “Em defesa da cozinha sertaneja”, a relação com as presenças indígena e africana na formação histórica do Rio Grande do Norte – e do Brasil, por extensão – explicitou com maiores detalhes esse processo de tornar invisível o que não fosse branco, ibérico e católico.

Esse caminho se deu através de brilhantes percepções sobre a importância do cotidiano da sobrevivência – no caso, a alimentação – como rico universo de cultura e historicidade, numa das contribuições mais originais do autor à reflexão sobre experiências sociais brasileiras, posteriormente retomada e ampliada por ele na *História da alimentação no Brasil*¹⁷, em paralelo à trajetória de Josué de Castro na *Geografia da fome*¹⁸ – obras e autores que não se hostilizavam nem excluía, todavia!¹⁹ Riqueza e originalidade, contudo, não estiveram isentas de preconceitos, instrumentos do totalitarismo, como bem assinalou Hannah Arendt²⁰, e a sobrevivência das primeiras diz bem da capacidade do pensamento diante de ingerências tão adversas.

16 Bomfim, M. *A América Latina – Males de origem*. Rio de Janeiro/Paris, Garnier, 1906.

Lima Barreto, A. H. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. 7ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1978.

Idem, *Clara dos Anjos*, São Paulo, Ática, 1988.

17 Câmara Cascudo, L. da. *História da alimentação no Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1983, 2 vols.

18 Castro, J. de. *Geografia da fome*. 9ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1965.

19 Castro editou *Vaqueiros e cantadores* na coleção “Biblioteca de Investigação e Cultura”, por ele dirigida, da Livraria do Globo.

Câmara Cascudo, L. da. *Vaqueiros e cantadores*, Porto Alegre, Livraria do Globo, 1939 (Biblioteca de Investigação e Cultura – 6).

20 Arendt, H. *Origens do totalitarismo*. Rio de Janeiro, Documentário, 1979 – 3 vols.

Câmara Cascudo, no segmento “Em defesa da cozinha sertaneja” do livro *Viajando o Sertão*, partiu de constatação sobre a decadência daquela culinária, expressa na crença de

ficar desonrado servindo coalhada com carne-de-sol, costelas de carneiro com pirão de leite, paçoca com bananas, milho cozido, feijão verde, o munguzá que o africano ensinou e a carne moqueada que ele aprendeu com o indígena,

concluindo:

Nada mais antipatriótico e desumano que esta modéstia criminosa. Nós devemos ter o orgulho de nossa alimentação tradicional, formadora de rijos homens de outrora, vencedores da indiada, lutando com as onças a facão e morrendo de velhos.²¹

Esses dois trechos do livro impressionam tanto pela riqueza da percepção de tradições alimentares, ativas dimensões de cultura, receptivas a influências africana (o munguzá) e indígena (a carne moqueada), como pela definição muito clara do “nós” que fala e do passado evocado: os “vencedores da indiada”, colonizadores europeus, pouco depois ainda mais especificados no chamamento “Defendamos a cozinha secular que nos doou músculos serenos e forças gigantescas”.

A tradição alimentar configurada por Câmara Cascudo aprofundou sua atitude anterior de tornar invisíveis africanos e índios, admitindo, quando muito, sua presença na condição de resíduo no mundo cultural do outro, ou seja, de quem os venceu – o colonizador português –, sucedido pelo sertanejo, então julgado pouco consciente de suas raízes²². Câmara Cascudo atribuía a esse sertanejo uma identidade brasileira profunda, dele reivindicando assumir o que era no universo do mundo moderno, em nome de uma harmonia entre tradição e modernidade. Quanto a africanos e índios (para não falar nos homens e mulheres do Extremo Oriente, que começaram a emigrar em massa para o Brasil desde a primeira década do século XX, depois de enfrentarem rejeições de políticos e ideólogos brasileiros do século XIX em nome de critérios raciais, experimentando novas barreiras, junto com judeus e africanos, nos anos 30 e 40 do século

21 Câmara Cascudo, *Viajando o Sertão*, p 27.

22 Barbosa assinalou como o caboclo literário, após o indigenismo, desempenhou o papel de ocultar a existência de índios no sertão cearense (Barbosa, *Sertão: um lugar incomum*, op. cit.).

XX a partir de outros racismos), cabia-lhes contribuir para o que não eram e que lhes servia de ocultamento²³.

O item “Fundamentos da família sertaneja” deu continuidade a essa visão fortemente etnocêntrica e excludente em relação a índios e africanos. É assim que

O Sertão foi povoado, dos fins do séc. XVII para o correr do séc. XVIII, por gente fisicamente forte e etnicamente superior. Enfrentava os índios quem não tinha medo de morrer nem remorsos de matar. As famílias seguiam o chefe que ia fazer seu “curral” nas terras sabidamente povoadas de paiacus, janduís, panatis, pégas, caicós, nômades, atrevidos, jarretando o gado e trucidando os brancos.

Trata-se de versão épica do processo, em que o povoamento do sertão envolveu luta, consciência do risco e coragem *dos europeus*, dimensões valorizadas expositivamente pela crueza na definição das relações entre colonizadores e índios. Dentre tantas questões, considero especialmente relevante uma diferença estabelecida por Câmara Cascudo: “Enfrentava os índios quem *não tinha medo de morrer nem remorsos de matar*” (grifo meu); [os índios do Rio Grande do Norte eram] “nômades, atrevidos, jarretando o gado e *trucidando os brancos*” (grifo meu).

No caso europeu, não ter “remorsos de matar” se articulava a um heróico não ter “medo de morrer”, atitude que definia a verdadeira condição humana no sentido do conceito grego antigo de História, que distinguia o homem dos fenômenos comuns da natureza – uma pedra, uma folha de árvore, uma rajada de vento –, destituídos de memória, conforme Arendt²⁴. Em compensação, o indígena se mesclava a ou aproximava de condição animal: nomadismo, atrevimento, mutilação ou supressão do gado, assassinato dos brancos. A simples oposição entre *matar* (ato condenável como pecado mas legítimo em situação de defesa) e *trucidar* (assassinar, com possível requinte de perversidade) dá notícia dos valores em jogo e das identificações em cena: índios eram assassinos, colonizadores eram pessoas que matavam por necessidade.

23 Sobre racismos na política imigratória brasileira dos anos 30 e 40, consultar: Carneiro, M. L. T. *O anti-semitismo na Era Vargas*. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1995. Falas contra asiáticos abundam em debates dos *Annais da Assembléia Provincial de São Paulo* nas décadas de 70 e 80 do século XIX.

24 Arendt, H. “O Conceito de História – Antigo e Moderno”, in *Entre o passado e o futuro*. São Paulo, Perspectiva, 1972.

É assim que Câmara Cascudo pode falar em “necessidade da defesa imediata contra o índio implacável (...) num cenário hostil, desde a natureza até o aborígene”: a ação colonizadora surge como “defesa (...) contra o índio *implacável (...), hostil*” (grifos meus), atributos que não foram associados aos portugueses e interpretação que se desdobrou em argumentos de darwinismo social, no qual “pater-família” e “chefe” significaram, cada qual, “o melhor aparelhado para resistir, auxiliar e vencer”.

Câmara Cascudo se aproximou muito mais de Oliveira Vianna que de Gilberto Freyre nessa recuperação desqualificadora do mestiço como “impulsivo, inteligente, apreendedor, mas dispersivo, arrebatado, original”, contraposto a uma aristocracia de origem lusitana, dotada de “energia em linha reta, sem desfalecimento e solução de continuidade”, responsável pelo Rio Grande do Norte das fazendas interioranas. Conseqüência lógica desse pensamento foi caracterizar tais famílias e o próprio sertão como herança da vitória sobre índios, secas, feras, solidão.

Evidentemente, tal interpretação é legítima como opção pessoal, ideológica e política de Câmara Cascudo, com direito às réplicas de outras posturas dessa natureza. Os problemas maiores surgem quando se pensa sobre a importância de seu livro como referência clássica nos estudos norte-rio-grandenses e nordestinos e parte de uma vasta e significativa obra – que nem sempre corroborou aquelas teses, todavia. Eles se tornam ainda mais complexos diante de evidentes conquistas analíticas introduzidas pelo volume, como aquelas sobre culinária e outras do tópico “Classicismo Sertanejo”.

Câmara Cascudo iniciou essa última discussão negando o suposto “falar errado” do sertanejo. Em vez disso, ressaltou a continuidade de padrões orais do colonizador do século XVI, presentes mesmo em grandes clássicos da língua, como Camões, Gil Vicente, Sá de Miranda, Bernardim Ribeiro, Tomás Antonio Gonzaga e o dicionarista Moraes, concluindo: “Não convém rotular de português-errado o linguajar do nosso sertanejo. Em geral o Povo é conservador”.

Nesse trecho, Câmara Cascudo reafirma o caráter canônico da língua falada no sertão, acrescentando a essa tese a identificação entre sertanejo e Povo, entidade definida pelo viés conservador.

Trata-se de uma importante ocorrência conceitual, uma vez que o objeto de argumentações no livro foi, prioritariamente, o sertanejo, às vezes associado a pobreza material (caso do santeiro José Leão), muito mais remetido à herança colonial lusitana. Além disso, a entidade *povo*, de tanta importância para a produção subsequente de Câmara Cascudo, foi associada à função conservadora, que partiu do debate sobre a língua mas foi precedida naquela frase pela expressão “Em geral”. As línguas de afri-

canos e índios, nesse processo, desapareceram por completo, sem qualquer vestígio no português falado no Brasil, aquém, portanto, do munguzá e da carne moqueada.

Essa passagem convida a dupla indagação: qual Povo? conservador de quê? Responder a essas questões ajudará a evitar superlativos românticos e destituídos de teor explicativo, como classificar Câmara Cascudo, para sempre, na condição de quem “mais compreendeu a alma do povo brasileiro”²⁵, procurando situar com clareza as fundamentais contribuições e os comprometedores silêncios desse autor em múltiplos campos de estudos.

No que se refere a qual povo, o livro contém elementos indicadores da ênfase atribuída a uma noção unidimensional, lusófila ou, no máximo, ibérica, na qual outros agentes étnicos entram como submissos ou figuram pela ausência, o que se observa especialmente em relação a indígenas e africanos, invisíveis ou em processo de perda de identidade. O modelo máximo desse povo foi apresentado a partir de uma aristocracia colonizadora, responsabilizada pela formação das fazendas interioranas, numa espécie de legitimação guerreira do direito ao mando – ocorreu mesmo a identificação de “adju-tórios” ou “mutirões” a “reminiscência da Idade Média”, o que foi coadjuvado pela identificação de cangaceiros a “cavalaria de Hunos (...)”.

Nesses termos, o povo caracterizou-se pelo teor feudo-monárquico²⁶, herdeiro dos heróis fundadores de sua identidade e fiel à sua autoridade, atitude que permitiu a Câmara Cascudo rejeitar duramente a “horda sinistra de Lampeão (...) hediondo bandido (que) Desmoralizou o tipo romântico do cangaceiro”.

Embora escrevendo, no episódio narrativo da morte de Jararaca quando do ataque do bando de Lampião a Mossoró, que o personagem

Morreu como vivera – sem medo. Herói-bandido, toda a valentia física e a resistência nervosa da raça predadora de índios e dominadores dos sertões reviviam nele, empoçado de sangue, vencido e semi-morto. Aquela força maravilhosa dispensara-se, orientada para o crime, improfícua e pernicioso (...),

nos quadros da crítica ao cangaço, essa fala de Câmara Cascudo reafirmou os valores fundadores da sociedade abordada, em torno da “raça predadora de índios e dominadores

25 O Poeta paraibano Marcus Acciolly usou essa expressão no encerramento de entrevista: “As universidades discriminam os poetas”. *O galo*. Natal, X (1): 7/10, jan/fev 1998:

26 A ideologia armorial retoma esses argumentos, exemplificados em estandartes, ferros de ribeira e outros símbolos da comunidade nordestina.

dos sertões”, frustrados pela dedicação ao crime – a matança produzida por aquela “raça” ao longo da História foi excluída de tal categoria e identificada a “força maravilhosa”, num elogio do etnocídio. Junto com isso, o autor diluiu o cangaço como experiência histórica específica, identificando-o a quantos “tipos de inadaptação, somas de todos os fatores, vértices para onde convergem as grandezas das taras, tendências, ineducações e impulsos” surgirem em diferentes lugares do mundo – Maurítânia, China, Córsega, Portugal, França... O escândalo diante da invasão de Mossoró por cangaceiros foi ampliado pela menção à modernidade da cidade, “das ruas iluminadas à luz elétrica e povoadas de residências modernas”.

A ênfase na dimensão conservadora do sertanejo foi interpretada esteticamente por Câmara Cascudo, que indicou:

A noção de Beleza para ele é a utilidade, o rendimento imediato, pronto e apto a transformar-se em função. (...) A frase irônica de Wilde dizendo que a “Arte é perfeitamente inútil” parece ter saído dum comentador sertanejo. Basta ver a ornamentação dos oratórios, os enfeites pintados por um “curioso” local nas fachadas, os frisos dos cemitérios e a cimalha dos frontões das Igrejas antigas. É tudo rapidamente sentido e expressado num estilo nervoso e simples, sem subjetivismo, sem mundo interior, sem *quer* dizer coisa alguma além das linhas materiais.

A postura de Dona Nazaré Gomes, no início de sua narração e falando sobre a natureza no Areial de sua infância e juventude, parece bastante diferente desse suposto utilitarismo sem subjetividade identificado por Câmara Cascudo:

O Areial, quando eu era menina, era morro, oró, não ‘vê falar em oró?, barba-de-bode... Oró é um mato que tem uma folha, ele tem três folhas com palma p’ra cima; sendo maior, ele rama que toma os morros, fica esverdejado. Eu penso que ainda tem aí no quartel, lá embaixo. Tem a salsaparilha, que tomava esses morros, fazia os morros muito bonito. Agora, vinha da beira da praia aquelas cercas, que era p’ra não entupir a barra, ‘viu?, que no meu tempo entrava navio aí que a barra era limpa, eles tinham cuidado, era cheio de cerca, tinha não sei quantas, nem se conta os coqueiros, o coqueiral bonito que era uma beleza. Acabou-se tudo. A praia, mataram a praia, não tem mais beleza porque de manhã a gente ia tomar um banho salgado, os morro era aquela areia alva, quando a gente pisava, chega rangia nos pés da gente, não fazia nojo você chegar, deitar e rolar naquela areia, cair dentro d’água, era aquela salsa verde, com aquelas flores assim roxa, chega, era muito lindo, a praia chega brilhava quando vinha saindo o sol, era aquele brilho, por tanta cor, tudo. Eu nunca mais fui à praia.

Certamente, horizontes “utilitários” podem até ser identificados nessa rememoração de Dona Nazaré Gomes (areia e água limpas, por exemplo), sempre remissíveis, todavia, à fruição da beleza: o esverdeado da vegetação nos morros a partir do prazer da visão (“fazia os morros muito bonito”, “o coqueiral bonito que era uma beleza”), a morte da praia pois “não tem mais beleza”, o ranger da areia alva nos pés, convidando cada um a “deitar e rolar naquela areia”, a praia descrita com “aquele brilho, por tanta cor”... O que está em jogo nessa fala é o *direito à beleza*, indicador de uma subjetividade complexa, própria a uma erudição popular a que não foram estranhos horizontes estéticos, muito distante do “rendimento imediato (...) sem mundo interior” sugerido por Câmara Cascudo.

Essa seqüência de temas do livro *Viajando o Sertão*, aparentemente desconexa, constituiu uma espécie de cânon de sertão e identidade norte-rio-grandense, com dobramentos para outras áreas do Nordeste brasileiro. Embora sofrendo inflexões diversificadas na obra posterior (e também ecoando aspectos de escritos anteriores) de Câmara Cascudo, ela reúne questões de método e temário retomados em obras-primas subseqüentes desse autor, como a ênfase numa etnografia que parte muito mais da memória pessoal que de outros recursos de campo ou de gabinete²⁷, a harmonia social que marca a produção da cultura sertaneja e popular, tão claramente exposta na expressão “servo jubiloso”²⁸, malgrado violências tornadas naturais, e a valorização da oralidade.

Refletindo sobre Câmara Cascudo, cabe indagar também a respeito do popular de que parti para chegar ao popular de que ele fala, articulando-os criticamente. Que é erudição popular muitas décadas depois de *Viajando o Sertão* ter sido publicado, quando

27 Essa dimensão figura tanto em *Viajando o Sertão* como, dentre outros, em: Câmara Cascudo, L. da. *Histórias que o tempo leva... (da História do Rio Grande do Norte)*. São Paulo, Monteiro Lobato, 1923. Idem, *Vaqueiros e cantadores*. Idem, *Literatura oral*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1952 (História da Literatura Brasileira – VI).

A etnografia que parte da memória pessoal tem por conseqüência a construção demiúrgica de um Povo à imagem e semelhança de Câmara Cascudo, privilegiando o universo de elite social deste último, que foi descrito nas duas biografias indicadas: Costa, A. de O., *Viagem ao universo de Câmara Cascudo – Tentativa de ensaio biográfico*; Lima, D. da C., *Câmara Cascudo – Um brasileiro feliz*. Essa questão se manifesta, por exemplo, na abordagem do episódio messiânico da Serra de João do Vale a partir de depoimento de seu pai, Cel. Francisco Justino de Oliveira Cascudo, repressor do movimento.

Câmara Cascudo, L. da., *Histórias que o tempo leva...*

28 Idem, *Literatura oral*, p. 11.

longas tradições de ideologias sobre Povo e Patrimônio Histórico e Artístico – alimentadas inclusive por sinistras ditaduras e pseudodemocracias violentamente excludentes – se encontram tão cristalizadas que até atingiram elaborados comerciais televisivos (da Fundação Roberto Marinho, por exemplo), em nome do “politicamente correto”?

A partir das hipóteses cascudianas sobre o popular branco, ibérico e católico, é possível pensar sobre outros populares que pululam ao redor de quem fala sobre povo no final do século XX? Favelados, moradores de cortiços e sem-teto, em diferentes cidades brasileiras, sentem-se lusitanos? Imigrantes angolanos e coreanos identificam-se como brancos? Praticantes de candomblé dependem de valores católicos? Erudições Populares possuem lugares, agentes e valores fixos, a serem chancelados por governos e intelectuais mais ou menos renomados e legitimados? Movimento dos sem-terra, grupos de gays, lésbicas e simpatizantes, professores em greve ou trabalhando em condições absurdas, funcionários públicos em luta por respeito pelos empregadores, donas-de-casa desprezadas como trabalhadoras, idosos descartados como refugo, alunos de escolas precárias e crianças de rua no dia-a-dia da sobrevivência são faces de Erudições Populares em fazeres permanentes e em aberto? Essas vozes populares são responsáveis por sempre novos redescobrimentos do Brasil?

Diante dessas próprias situações, é possível concluir que Erudições Populares expressam-se também como faces de autonomia de pensamento e ação do povo, conservando tradições radicais e de ruptura, que dispensam a servidão e afirmam uma vontade de potência, como nos tercetos finais do soneto “Bois Dormindo”, de Zila Mamede, inspirado no conto “Conversa de Bois”, de João Guimarães Rosa²⁹:

Os bois assim dormindo caminhavam
destino não de bois mas de meninos
libertos que vadiassem chão de feno;

e ausentes de limites e porteiras
arquitetassem sonhos (sem currais)
nessa paz outonal de bois dormindo.

29 Mamede, Z. “Bois Dormindo”, in *Navegos*. Belo Horizonte, Vega, 1982.

Guimarães Rosa, J. “Conversa de Bois”. *Sagarana*. 14ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio, sem data, pp. 287-323.

A voz de Câmara Cascudo sobre o popular pode ultrapassar seus limites ideológicos através de ricas potencialidades contidas tanto em *Viajando o Sertão* como noutros de seus grandes escritos. Resta retomar essas possibilidades – a partir dele, apesar dele ou, eventualmente, contra ele, numa relação ativa com os clássicos que evita sua transformação em camisa-de-força³⁰ –, contribuindo para a interpretação e a existência do povo “sem currais”.

LORD VOICE: JOYOUS SERVANT?

Câmara Cascudo, Ms. Nazaré Gomes and Popular Erudition.

30 Silva, M. A. da. “De reflexo a materialidade – Arte e literatura em Marx e Engels”. In Coggiola, O. (coord.). *Marx e Engels na história. Humanitas*, São Paulo, FFLCH/USP 1996, pp. 117-25.